

Evandro Allison A. de Oliveira

Darciaufaria Lopes

Aos 26 dias do mês de julho de 2023 deu início no Auditório da Secretaria de Planejamento, a reunião do Conselho Municipal de Previdência com a presença de Lámelle, presidente, ausência do representante do poder legislativo sem suplente, presença do Márcio representante dos servidores ativos titulares, Santana representante dos servidores ativos suplente e a Darcia representante dos aposentados inativos, nós vamos apresentar o relatório de controle interno, mais estamos dependendo da prefeitura, não foi fornecido as informações em tempo para que finalizássemos o relatório referente ao mês de junho. Tivemos convocar uma reunião extraordinária para o dia 15 de agosto para apresentação do relatório de controle interno. Vou apresentar o relatório mensal dos investimentos, na semana passada a LEMA informou que relativo ao primeiro semestre de 2023 conseguimos bater a meta atuarial, que é a conexão que o atuário faz que é o  $IPA + 14,5$  e algo mais, esse percentual, depois de muitos anos o Instituto conseguiu bater a meta atuarial, desde que assumi a atual gestão nunca conseguimos bater a meta atuarial, pois em 2020 o patrimônio líquido do Instituto era R\$ 83.468.662,25 em ganho reduzimos R\$ 2 milhões, passou para R\$ 81.321.915,31, em virtude das perdas da liquidação da Laís Mauá, depois foi reagindo e hoje em julho de 2023 temos R\$ 130.120.268,31, nosso patrimônio líquido que temos em conta do Instituto de Previdência, e limpou esta todo investimento, o recurso do Instituto de Previdência e prêmio

está no BB do Banco do Brasil que é um fundo que é o IMA B5, RA 20.290.230,23, em investimento tem RA 8.822.809,05 do fundo financeiro e RA 11.467.521,18 do fundo previdenciário; temos RA 30 milhões no BB renda fixa ml, RA títulos públicos RA 30.645.122,43, tem uma concentração significativa nesse fundo, vamos fazer uma adequação nesse fundo, pois a SELLIE está tendo uma queda, boa parte dos nossos investimentos tem como base a SELLIE, então vamos realocar esses recursos para que o nosso patrimônio não venha a sofrer de alguma forma, pois é o fundo que nós utilizamos, todos os meses em que recebemos quios e opota nesse fundo o pagamento da folha e resgate e fute desse fundo também e um fundo que a gente fica movimentando, ele tem um recurso do fundo financeiro até corresponde agora no previdenciário, nossa folha está em RA 40 mil reais e pouco dinheiro por mês para movimentar e ter uma concentração tão grande, do fundo financeiro temos RA 3.607.707,29 e do plano previdenciário RA 27.037.415,14 temos o BB alocação RA 11.392.576,98; temos RA 19.446.053,69 na caixa econômica e uma renda fixa, um fundo de renda fixa, BB IFR 2 temos RA 19.787.350,65, desse valor RA 7.719.268,06 é do fundo financeiro e RA 12.068.082,59 do plano previdenciário, temos um fundo com RA 559.067,32 que tá no BB perfil que é um fundo de renda fixa referenciado com títulos relacionados a previdência, não é a nossa previdência e a nossa reserva da taxa de administração, porque o ano passado teve uma alteração na lei

fomos autorizados a constituir percentagem, e que é a taxa de administração é os 2,5% que todo mês é retirado, uma parte do fundo financeiro e outro do previdenciário, do contrabando previdenciário dos servidores ativos é feito um cálculo do que a gente recebe de quitação dos servidores ativos e é feito um cálculo anual e mês a mês vamos resgatando aquele valor para pagar os anistórias, conta de energia, água, internet, vamos mesmo realizar algumas capacitações e não podemos custar o lanche com a taxa de administração, pois a portaria 1467 discrimina com o que podemos gastar, esse valor é do ano passado e deste ano, pois esse recurso é para ser utilizado para mesma finalidade que a gente utiliza para taxa de administração, e que tá dentro do planejamento de um recurso fazer o censo previdenciário, que é a entidade dos aposentados, pensionistas e servidores ativos incluindo Prefeitura, DEMUTRAN, Câmara e Instituto de Previdência, hoje temos uma base de dados inconsistente, e penso é para sabermos como é nossa massa e o novo servidor tem dependentes, se por exemplo vai deixar um pensionista, se tem filho incapaz, se o servidor tem tempo a ser acumulado do regime geral ou de outra previdência, são informações valiosas para base de dados para ser feita a avaliação atuarial, pode ser que o novo déficit aumente ou reduza, e atuarial precisa dessas informações consistentes para que tenha uma base de dados consistentes e para um resultado fiduciário, vamos fazer, está um processo licitatório esse CENSO, vai mobilizar o município todo, todos

os periciais serão chamados para fazer um pareceramento, em base de dados para encaminhá-lo para o Ministério do Planejamento, se não for não tem validade nenhuma o Ministério vai ter todos as informações dos periclos de São Gonçalo do Amarante, é uma exigência do Ministério, se fizer o censo e não enviar a base de dados é como se não tivesse feito, esse recurso tem uma distinção, outra situação é o arquivo, tem folhas que já estão muito finas com o risco de se desmanchar, arquivo e responsabilidade do gestor quando ele não cuida pode ser responsabilizado pelo TCE, existe a necessidade que algo seja feito para que seja tratado por um arquivo para isso fique preservado, para que não seja manuseado, o que será manuseado será o banco de dados que será disponibilizado tanto para perpetuo da Câmara, DEMUTRAN e da para o Instituto de Precidência, outro ponto são as instalações físicas do Instituto, limpando feito manutenção em 6 meses colou todo mofo, infiltração em presença tem como finalidade essas situações. Temos o fundo latâmio que hoje tem RB 16.828,21 esse fundo é remanescente do casato Luis Alana do Brasil, novembro do ano passado teve um prelo de RB 3 milhões de reais, entre novembro e dezembro e a gente vai ter RB ações energia, RB 2.920.817,43, no fundo financeiro ele tem RB 1.139.118,80 e do precidência RB 1.781.698,63, temos o RB fatorial RB 1.786.841,74 e RB 685.188,28 e do fundo financeiro e RB 1.071.642,76 do plano precidência; RB ações bolsa globais ativo RB 9.414.210,61 em que

RB 3.671.542,14 é do financeiro e RB 5.742.668,47  
 e do previdenciário, RB macro com RB 3.599.942,  
 17 em que RB 1.473.917,44 é do financeiro e RB  
 2.195.964,73 do previdenciário, RB multimarcado  
 guos e moedas RB 3.418.241,15 em que RB 1.333.  
 114,05 e do fundo financeiro e RB 2.085.127,10  
 é do fundo previdenciário, temos o Fontaine Hill  
 Africano temos RB 6.851.794,23 que é um fundo  
 que estamos com problemas, tentamos negociações  
 que foi autorizado pelo conselho, mais que o  
 responsável na hora de animar deu uma justifi-  
 cativa e não animou o acordo RB 130.099.776,84  
 todo esse calor pomado. Ficamos essa rentabilidade  
 que bateu a meta atuarial e em 6 meses consequi-  
 mos de rendimento RB 8.461.214,90 esse calor foi o  
 resultado dos investimentos que acabou de ser apre-  
 sentado é algo que deixa a gente satisfeita de certa  
 forma estamos conseguindo recuperar o calor que  
 foi perdido, se conseguirmos nos próximos 6 meses  
 essa mesma rentabilidade, vai tomar um pouco  
 mais que RB 16 milhões de reais se conseguir bater  
 a meta atuarial foi uma vitória por que poucos  
 RPPs estão conseguindo bater a meta atuarial. A  
 meta atuarial é considerada pela exercício financeiro,  
 não é semestral, nós ficamos uma prévia por que  
 acompanhamos diariamente, mensalmente todas  
 essas informações. Estamos dando uma prévia pois  
 os conselheiros são previdores e eles precisam saber  
 quanto é o patrimônio deles, esse calor vai para  
 o balanço da prefeitura do município é consoli-  
 dado toda informação, esse calor só pode ser  
 usado para duas finalidades tirar os 2,5% da  
 taxa de administração que mantém a estrutura da

unidade gestora que é o RPPS e para pagar benefícios de aposentadorias e pensões por morte, esse valor é patrimônio do pericido efetivo. Betucamos com várias demandas que eram exigências do Ministério Público Estadual da Secretaria Especial de Previdência que é o órgão que nos regula vinculados ao Ministério da Previdência e o TEE, fomos obrigados a produzir diversos documentos que daí regulamentar e facilitar, no site na abo (abertura corporativa) encontram uma aba com comitê de investimentos, temos disponível as atas, reuniões, quem são os membros a portaria e regimento interno, outra aba que é o Conselho Municipal de Previdência, que temos as atas, todos as atas são depois de transcritas por digitalizadas e disponibilizadas no site, calendário de reuniões e membros, estamos em uma construção do que a Secretaria de Previdência nos impôs a lei 9.717/1998 temos que comprovar que somos idôneas, formados, capacitados, certificados para atuar como representante do RPPS, todos os membros estão no site titular e suplente, todas essas informações estão sendo disponibilizadas, dentro do site também tem o diploma executiva, benefícios concedidos, código de ética do Instituto de Previdência, daí ser colocado em arquivos no grupo para que todos tenham conhecimento, é uma portaria interno que instituiu o código de ética e agente trata da conduta dos pericidos, conselheiros e membros do comitê. Algumas informações não estão preenchidas, como definição de limite de idade, custo de pensões, tem toda legislação do Instituto de Previdência, mandato ou recanálise,

do conselho suicidária, pesquisa de satisfação, planejamento estratégico, políticas previdenciárias e saúde do servidor é algo que vamos ter que implementar, relatórios de gestão atuarial, relatórios de governança com elaboração e apresentação em audiência pública na câmara municipal com ter que abordar a parte atuarial, parte de investimentos, benefício, controle interno é algo que vem os auditores das secretarias. A ciclada de Tertin não conseguiu atender as exigências e o Ministério Público entrou com uma ação civil pública contra o prefeito e o presidente da previdência. No site ainda tem a lei de estrutura do Instituto que diz qual a utilidade do servidor dentro do Instituto, associações que o Instituto é filiado que é a ABIPEN e ANEPREV. Na transparência tem que incluir os acordos das prestações de contas, composição da carteira, informações que tem no ERP BIPR, componente de repasse, os credenciamentos das instituições financeiras dos quais podemos investir que são: Banco do Brasil e Caixa Econômica, nosso ERP BIPR, política de investimentos e política atuarial, demonstrações financeiras e contábeis que disponibilizamos mês a mês, receita, despesa e financeiros. Informações concernente ao processo licitatório, manual de gestão de investimentos, parcelamento de 2014 está sendo pago em dias, temos uma política de planejamento que é a previsão de cenários previdenciários receitas e despesas, relatório mensal e anual de investimentos e relatório de gestão atuarial, essas coisas não existia no site e nós fizemos. Na área governança temos capacitação dos gestores e servidores de área de risco; conselho, comitê, dirigentes, servidores que compõem

a unidade gestora, não consideradas área de risco pois onde são tomadas decisões importantes para os servidores e instituto de previdência, tendo estrutura de controle interno que não atende ainda ao que a secretaria de previdência impõe, temos que ter um controle interno dentro da estrutura do Instituto e hoje o Gilardi que é um juiz quidico está designado para o controle, ele responde mas não é o controlador do Instituto. As contas e controle da base eclesiastical dos ativos aposentados e pensionistas, não temos porque não tivemos o censo previdenciário, quando a gente finalizar aí temos a base de dados disponibilizada. O RPPS sofre controle pela EVM, pela Secretaria especial de previdência - que está vinculada ao Ministério da Previdência, TCE quanto orçamentação de despesa e do Ministério Público Federal e Estadual. As questões relativas aos incumprimentos, as situações estão sendo apuradas pela polícia Federal, as secretarias só sofrem controle do Ministério Público Federal se ela receber carta do governo federal, se não receber carta federal não é possível de sofrer controle, a SEPLAG não sofre controle do Ministério Federal. O RPPS é o órgão que mais sofre controle e eles disciplinam regras que temos que seguir se não implantarmos o que eles exigem sermos multados, todo processo que finalizar dentro do Instituto de Previdência inicia dentro do RH da SEPLAG. O Manual de Planejamento trata da metodologia dos processos do Instituto de previdência, com auxílio na implantação e melhoramento da gestão dos processos, disseminação do conhecimento das



grandes áreas de atuação do RPPS que são os processos de aposentadorias e pensões, benefícios, processo de pagamento que vem desde a arrecadação até o pagamento das quotas, pagamento dos benefícios todas as atividades de todos os envolvidos vai tá individualizado dentro desse processo, vamos tratar da parte administrativa do atendimento ao servidor e da parte atuarial, dos benefícios, compensação previdenciária que é quando o servidor ingressa no serviço público e ele já tem um tempo no regime geral, quem operacionaliza dentro do Instituto foi a clarificação, a título de compensação previdenciária recebemos no início do ano foi um mês R\$ 180.000, a gente concede o benefício, mais teve um tempo que não foi novo, então o regime geral com e paga esse tempo é uma forma de equalizar o déficit previdenciário, da parte financeiro a parte de investimentos, tecnologia da informação e outros, como exemplo temos aposentado voluntário, os participantes são: prefeito, presidente do instituto, diretor previdenciário, assessor jurídico e o coordenador previdenciário, então tem as atribuições de cada um, o presidente e o prefeito assinam um ato de concessão, diretor previdenciário analisa o processo e elabora o ato de concessão e o diretor financeiro efetua o pagamento o assessor jurídico emite o parecer o coordenador previdenciário vai realizar o atendimento protocolo de entrada e saída de documentos temos etapas do processo e cada modalidade de aposentadoria. A política de segurança da informação é o que está em evidência, temos compromissos de

dois entes públicos, condecoradas por razão  
informações sigilosas, é uma preocupação por que  
a gente trata de informações sigilosas, temos a  
base de dados do prefeitura, câmara e autarquia  
de trânsito já podemos fornecer informações  
através de procuração, podemos para receber infor-  
mação a secretaria de previdência, Ministério  
público, TCE passou a nos exigir que formaliza-  
se uma política de segurança das informações  
está relacionado até aos computadores que a  
gente utiliza, caso notebook que utiliza pep-  
subtraído, dentro da política de segurança da  
informação tem todos os protocolos a serem  
seguidos, também está ligado ao gerenciador  
financeiro, e algo que precisa ser regulamentado  
para a gente utilizar e a gente se proteger, como  
tu uma palestra para tratar sobre LGPD, no  
mte tem todos os conceitos, como se baseia.  
Tem o relatório de controle interno como fazer  
uma reunião para apresentar. Uma outra parte  
que o Ministério Público exige é o educacat  
previdenciária, mandou um ofício exigindo crono-  
grama de educacat previdenciária, precisamos  
contar como apoio de todas as ações de diálogo  
com a sociedade e educacat financeira, temos que  
fazer seminários e uma audiência pública em  
que vai ter que ser apresentado um relatório de  
governança, os resultados da política de investimentos  
e do acaliação atuarial então nessa audiência  
pública será apresentada essas exigências. Ações  
de pré aposentadoria que é preparar o novo  
perceber que está perto de ser aposentado, esse  
perceber tem que entender as regras, tem que

entender que se ele não se aposentar com integralidade ele vai perder o direito a paridade, por isso alguns gargalos que estão relacionados, o servidor se aposenta, depois que ele solicita a aposentadoria após 90 dias ele fica afastado e fica na folha da prefeitura até sair o resultado da análise da homologação do processo junto ao TCE, porque a aposentadoria é um ato administrativo complexo: é um ato que requer que seja ratificado por uma outra autoridade, são poucos os atos administrativos que são complexos, o ato de aposentadoria é um deles, então assim decreto junto com o prefeito aquele ato junto com todos os documentos agente encaminha ao Tribunal de contas do estado que os técnicos vão analisar e quando não entenderem alguma coisa ou discordam eles abrem uma diligência, temos que encaminhar o que eles exigem. Quando vem a homologação que é através de resolução aí temos comunicados o servidor sai da folha de origem dele e vai para a folha do Instituto de Previdência, se isso ocorre em circunstância que o processo de aposentadoria pode não dar certo e o recurso do Instituto já ter uma finalidade diversa do que é para ser então o servidor é considerado aposentado na data do decreto, se ele já inativo não pode ter evolução funcional, precisamos de anuênio, o servidor quando vai para a folha do Instituto de Previdência tem um impacto financeiro, quando vai para folha do Instituto vai para ser atualizado com o decreto de concessão, como estava o salário na época do ato é importante falar porque o Tribunal de contas já atualizou.

isso para o Tribunal abrir uma tomada de contas especial nessa situação é rápida. Se o aposentado estiver recolhendo na folha de pagamento isso é grace porque está causando um ônus para o município, em todo o momento, mais não é o periclor que está dando causa, a folha dos ativos está recolhendo aumentando algo que o periclor em tese não tem direito, pois não está em efetivo exercício. Isso é área de risco temos que, conta, precisamos consentizar o periclor quanto as regras de aposentadoria, temos que fazer um e-canto chamar o periclor, fotografar, registrar, comunicar o Ministério Público, temos que colocar numa aba o que foi explicado, comunicar a Secretaria de Previdência, pois ela também tem poder de mudar ela chama o Ministério Público Federal o TCE, temos que executar para se proteger, quando acontecer essas situações é desconfortável para todos nós. Temos as ações por aposentadorias e enculpcamento atico, para muitas pessoas a aposentadorias e periclor tem pessoas que não quer se aposentar, tem pessoas que aos 70 anos estão em pleno vigor e tem que se aposentar compulsoriamente, essa ação e de manter a saúde psicológica do periclor, inativar o periclor a fim de preencher a desincolca outras atividades, quando o periclor para para a inatividade reduz a renda e é algo que penaliza então por ações dessa natureza. A última e as reuniões temáticas do Conselho Municipal de Previdência, que foram aquelas palestras, tivemos mais uma delas e a lu. geral sobre proteção de dados e outra cai por sobre investimentos. Vamos

finalizar com um plano de ações sobre capacitações, foram os meus trabalhos fazendo pesquisas, estou dando crédito a Epojuca, o representante Marcelo que confiei desse pra ele que pretende transformar o nosso RPPS igual Epojuca, na é uma simples, premiada e um reconhecimento de tudo que estamos tentando construir. Vou um mês e mais pesquisando as plataformas do TEE, Controladoria Geral do Estado, Enap, ILB, INTERLEGIS, fizemos vários cursos através do INTERLEGIS, montamos esse plano de capacitação incluir o prefeito e fizemos um plano de ação de capacitação. O novo trabalho iniciante do RH do prefeito, tivemos que fazer um manual de processos do Instituto e a gente precisa passar para os órgãos da administração o que tá sendo exigido, tivemos que formalizar e vamos ter um momento para apresentar como é o trabalho alguns gargalos que temos que temos que conter e tentar organizar as vezes o Tribunal ou através dos processos do Instituto algumas situações, temos que trabalhar em conjunto, se as pessoas se capacitarem não chegariam no Instituto situações que temos que resolver, esse plano ele diz muito o que estamos recebendo de parte dos órgãos de controle que a gente precisa executar ele trata de capacitação, educação, proadência um plano de capacitação, capacitações gerais, específicas preparação para certificação, acompanhamento e divulgação, a orientação é divulgar a capacitação dos servidores e não só os servidores do Instituto de Proadência, os servidores que executam atividades que repercutem no Instituto de Proadência também.

precisam se capacitar, tratamos de participacão em cursos, seminários e congressos e mais eventos de qualificaco, o primeiro curso que coloquei foi do ENAP, não são para quem trabalha no próprio próprio e para qualquer servidor público, tempo que confere o estatuto que me reger para solicitar meus direitos, no final aqui apareceu os referenciais de Ipojuca, não são igual mais parecido, normas básicas de próprio próprio complementar que está dentro da SEPLAG, precisamos entender o que são próprio próprio complementar, fundamentos da lei geral de protecco de dados que pece para qualquer pena que trabalhe na administraco pública ou privada não são para o IPSSA, transparência pública regulamentada da lei de acesso a informaco e portais de transparência, link da COU que são o maior que trata de processo administrativo disciplinar, tática na administraco pública, controle interno, que comecco na secretaria, temas e controle de desempenho são temas todas as áreas de pprio dentro do relatório de controle interno, investimento, atuaria, benefícios a parte da unidade gestora, ERP, COMPREV, tudo dentro do relatório de controle interno, gestoo estratégica com foco na administraco pública, introducco ao direito administrativo, constitucional, introducco ao orccamento público, lei de acesso a informaco, sindicrio na administraco pública, controles na administraco pública, gestoo documental, gestoo orccamentria e financeira, gestoo e fiscalizaco de contratos, a técnica de aprestizagem. Lei 14133 porque são a lei que vai entrar em vigor, gestoo e consulto de notas no gesco, que são um orgão dentro do ministério que a gente faz consul.

71  
tas que a gente manda documentos e da acesso  
a algumas coisas do COMPREV, critérios de parti-  
cipação e regularidade previdenciária - análise e  
melhoria de processos demonstrativos de anuários  
do RPPS, DAIR, DFI, DRAA, todos são concluídos  
para emissão do ERP, contabilidade com foco no  
gestão do orçamento público, novos colaboradores  
serão orientados a realizar esses cursos, contabilidade  
de com foco no patrimônio público, introdução ao  
orçamento público, contabilidade com foco no  
gestão contábil, demonstrativos de informações prev-  
denciárias e repasses, DIRP e parcelamentos de  
débitos previdenciários, censo cadastral previdenciário,  
até o final do ano precisamos encerrar para o  
Ministério como ter que contar com o apoio de  
RH de todas as secretarias, a base de dados tem  
que ir para o Ministério da Previdência, e o social  
para o órgão público, auditoria em folha de paga-  
mento, finalizando as referências bibliográficas  
que eu coloquei no arquivo. Todo esse material  
está disponível no nosso site e nada mais a  
tratar foi encaminhado a reunião.

Antonio da Silva e José Roberto

Cláudio Roberto Nunes

Santana Mateo Nascimento.

Barbosa Lopes

Atos 31 dias do mês de agosto de 2023 deu-se  
início a reunião do Conselho Municipal de Previ-  
dência, a reunião estava agendada para o dia  
30 de agosto, sempre as últimas quarta-feira  
do mês, mais em virtude do ponto facultativo  
da paralisação do município em razão da realiza-  
ção do Fundo de Participação dos Municípios,